

**(NOME DA UNIDADE - SIGLA)**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**TR. Nº \_\_\_\_\_ / 2012-SIGLA**

*Objeto:* PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS NO MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_.

Local e Data

## SUMÁRIO

1. DEFINIÇÕES .....	3
2. CONTEXTO .....	8
3. JUSTIFICATIVA .....	10
4. OBJETO .....	13
5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO.....	14
5.1 Obrigações do ESTADO para com o MUNICÍPIO: .....	14
5.2 Obrigações do MUNICÍPIO para com o ESTADO .....	17
5.3 Das atribuições comuns do ESTADO e do MUNICÍPIO:.....	21
6. PLANO DE METAS.....	23
7. ESTÍMULO À COLETA SELETIVA .....	26
8. HIPÓTESES EM QUE O MUNICÍPIO ARCARÁ COM VALORES DIFERENCIADOS.....	29
9. PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS.....	32

## 1. DEFINIÇÕES

Para os fins deste Termo de Referência e do CONTRATO DE PROGRAMA os termos listados a seguir, quando empregados, no singular ou no plural, em letras maiúsculas, terão os significados neste item, salvo se do contexto resultar sentido claramente diverso.

**AÇÕES DE LIMPEZA URBANA:** refere-se aos serviços de COLETA e TRANSPORTE de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS até a Estação de Transbordo ou Central de Tratamento de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, os quais, ressalta-se, **não** estão abrangidos pelo OBJETO do CONTRATO DE PROGRAMA.

**COLAR METROPOLITANO:** conjunto de municípios pertencentes ao COLAR METROPOLITANO da REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, segundo o art. 3º, §1º, da Lei Complementar Estadual nº 89/2006, bem como eventuais alterações. São eles: Barão de Cocais, Belo Vale, Bonfim, Fortuna de Minas, Funilândia, Inhaúma, Itabirito, Itaúna, Moeda, Pará de Minas, Prudente de Moraes, Santa Bárbara, São José da Varginha e Sete Lagoas.

**COLETA:** compreende a COLETA CONVENCIONAL e a COLETA SELETIVA.

**COLETA CONVENCIONAL:** recolhimento dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS acondicionados por quem o produz (normalmente residências) para encaminhá-los, mediante TRANSPORTE adequado, a uma possível estação de transferência, a um eventual TRATAMENTO e à DISPOSIÇÃO FINAL.

**COLETA SELETIVA:** Coleta diferenciada de RSU previamente segregados nas fontes geradoras para posteriormente encaminhá-los à reutilização, reaproveitamento, RECICLAGEM, compostagem, TRATAMENTO ou DISPOSIÇÃO FINAL.

**CONCESSIONÁRIA:** Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do objeto da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa.

**CONTRATO DE PROGRAMA:** instrumento pelo qual devem ser constituídas e reguladas as obrigações que um ente da Federação, inclusive sua administração indireta, tenha para com outro ente da Federação, no caso o ESTADO e o MUNICÍPIO, no âmbito da prestação de serviços públicos por meio de cooperação federativa.

**DISPOSIÇÃO FINAL:** disposição ambientalmente adequada dos RSU, de acordo com critérios técnicos aprovados no processo de licenciamento ambiental pelo órgão competente.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL:** processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros.

**EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPC):** todo dispositivo, sistema, ou meio, fixo ou móvel de abrangência coletiva, destinado a preservar a integridade física e a saúde dos trabalhadores, usuários e terceiros.

**EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI):** todo dispositivo ou produto, de uso individual utilizado pelo trabalhador, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a sua saúde.

**ESTÍMULO:** crédito repassado ao MUNICÍPIO referente a percentual da quantia que deixará de ser desembolsada pelo ESTADO para o pagamento dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA.

**PARÂMETRO DE CONTROLE:** unidade de medida usada para mensurar o serviço de COLETA SELETIVA municipal.

**RECICLAGEM:** processo de revalorização dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS mediante transformações físico-químicas ou biológicas, permitindo que as substâncias sejam reaproveitadas como matéria prima, insumos ou novos produtos destinados a processos produtivos.

**REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE (RMBH):** conjunto de municípios pertencentes à REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE segundo o art. 2º, da Lei Complementar Estadual nº 89/2006. São eles: Baldim, Belo Horizonte, Betim, Brumadinho, Caeté, Capim Branco, Confins, Contagem, Esmeraldas, Florestal, Ibirité, Igarapé, Itaguara, Itatiaiuçu, Jaboticatubas, Juatuba, Lagoa Santa, Mário Campos, Mateus Leme, Matozinhos, Nova Lima, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Ribeirão das Neves, Rio Acima, Rio Manso, Sabará, Santa Luzia, São Joaquim de Bicas, São José da Lapa, Sarzedo, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

**RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS (RSU):** termo utilizado para denominar o conjunto de todos os tipos de resíduos gerados nas cidades e coletados pelo serviço municipal, a citar: a) resíduos gerados em atividades domésticas, compostos de restos de alimentos, embalagens e produtos em geral que são descartáveis pelos munícipes; b) resíduos originários de atividades comerciais (lanchonetes, lojas, etc.), industriais e de serviços (escritórios e empresas de prestação de serviço) cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador, acondicionados em recipientes de capacidade

não superior a 100 (cem) litros por dia; c) resíduos gerados nas atividades de varrição de logradouros públicos e desobstrução de galerias e bueiros; d) resíduos provenientes de feiras-livres, mercados municipais, parques municipais, cemitérios e edifícios públicos em geral; e) resíduos provenientes de limpeza e poda de jardins de domicílios e áreas verdes existentes no MUNICÍPIO.

**SISTEMA DE ACONDICIONAMENTO:** acondicionamento primário e secundário dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS com o objetivo de prepará-los para a COLETA de forma sanitariamente adequada e compatível com o tipo e a quantidade de resíduos.

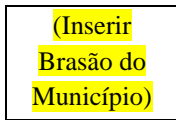
**TRANSBORDO:** o traslado dos RSU de um VEÍCULO COLETOR a outro veículo com capacidade de carga maior, realizado de forma direta ou indireta.

**TRATAMENTO:** processo destinado à redução de massa, volume, periculosidade ou potencial poluidor dos RSU, que envolve alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas.

**TRANSPORTE:** etapa posterior à COLETA CONVENCIONAL que conduz em VEÍCULOS COLETORES os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS até uma Estação de Transbordo ou Central de Tratamento de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

**VEÍCULOS COLETORES:** veículo indicado para as atividades de COLETA dos RSU pelo MUNICÍPIO, com carrocerias sem compactação e/ou com carrocerias compactadoras.

**VERIFICADOR INDEPENDENTE:** entidade a ser selecionada e contratada pelo PODER CONCEDENTE, responsável por garantir o cumprimento dos pressupostos



**PREFEITURA MUNICIPAL DE [REDACTED]**  
(Unidade do Município competente para elaboração do Contrato de Programa)

do CONTRATO e pelo monitoramento do processo de aferição do desempenho da CONCESSIONÁRIA.

## 2. CONTEXTO

A gestão de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, integrante do conceito de saneamento básico estabelecido no art. 3º, I, “c”, da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, é um dos maiores desafios enfrentados pelos municípios da REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e COLAR METROPOLITANO.

Neste contexto, no intuito de solucionar o problema, o Estado de Minas Gerais e o Município de \_\_\_\_\_ resolvem celebrar o CONTRATO DE PROGRAMA de acordo com as diretrizes da integração dos entes federados instituídas por meio da Lei Estadual nº 18.031, de 12 de janeiro de 2009, e nos termos do art. 7º, incisos VII e VIII da Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que discorre sobre a gestão integrada de resíduos sólidos.

O presente procedimento de dispensa de licitação decorre de Convênio de Cooperação celebrado entre o Estado de Minas Gerais e os Municípios Convenientes da REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e COLAR METROPOLITANO, com vigência de 30 (trinta) anos, do qual este MUNICÍPIO é signatário, e que se encontra devidamente publicado no Diário Oficial de Minas Gerais no dia 30/06/2012. O convênio de Cooperação em questão e a modelagem nele prevista foram devidamente aprovados por unanimidade na Assembleia Metropolitana realizada em 23 de maio de 2012, no âmbito da gestão dos serviços metropolitanos, nos termos do art. 25, § 3º, da Constituição Federal, e da Lei Complementar Estadual nº 89/2006.

O referido Convênio de Cooperação tem por objeto a “conjugação de esforços entre os partícipes a fim de estabelecer uma colaboração federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS gerados na REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e seu COLAR METROPOLITANO”.

Diante disso, o CONTRATO DE PROGRAMA, além de promover a integração da



REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e do COLAR METROPOLITANO, com a delegação dos serviços para gestão do Estado de Minas Gerais, para execução do serviço via Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, além de estabelecer diretrizes de cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, busca reduzir significativamente os custos para realizar o TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

Vale lembrar que a importância desta parceria para o TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS se funda na obrigação do MUNICÍPIO de cumprir as obrigações previstas na Lei Federal nº 12.305, de 02 de Agosto de 2012, conforme disposto em seu artigo 54, que prevê a implantação de infraestrutura referente aos serviços supracitados até agosto de 2014, e diante das dificuldades de o MUNICÍPIO isoladamente realizá-las, o ESTADO e a Assembleia Metropolitana detectaram, pelos estudos técnicos competentes, a viabilidade da consecução de tais obrigações via gestão associada nos termos da modelagem ora descrita.

### 3. JUSTIFICATIVA

Conceituam-se as etapas de COLETA e TRANSPORTE como serviços de logística relacionados ao recolhimento dos RSU gerados, desde o local de geração (na maioria dos casos, as residências) até o local de DISPOSIÇÃO FINAL. Entretanto, entre a COLETA e a DISPOSIÇÃO FINAL poderá haver, também, serviços de TRANSBORDO, no qual o VEÍCULO COLETOR transfere os resíduos para veículos de maior porte, de forma a reduzir os custos logísticos por meio de um TRANSPORTE capaz de abrigar grandes volumes<sup>1</sup>.

Duas pequenas observações preliminares devem ser evidenciadas neste momento:

- A intenção do Estado de Minas Gerais não é realizar uma Concessão Administrativa dos serviços de *saneamento básico*, tampouco da totalidade dos serviços pertencentes à *limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos*, mas apenas de parte destas atividades, quais sejam, TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS. Isto se explica em virtude da intenção do Governo Estadual em manter a prestação dos serviços de limpeza urbana e COLETA de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS de forma direta pelo MUNICÍPIO, pois são atividades que hoje são prestadas com eficácia e abrangência perto de 100% das localidades nos Municípios da RMBH.
- Para delimitar o objeto da contratação, não são quaisquer resíduos sólidos que se incluem nos interesses do Estado para concessão à iniciativa privada, mas apenas os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, entendidos como os de origem doméstica e da varrição de logradouros e vias públicas. Desta forma, excluem-se deste escopo os resíduos sólidos entendidos como “especiais” (ex. resíduos industriais, dos serviços de saúde, da construção civil e eletroeletrônicos), os quais são de responsabilidade do gerador, nos termos do art. 5º da Lei Federal nº 11.445/07.

---

<sup>1</sup> ARAÚJO, Marcos Paulo Marques. Serviço de limpeza urbana à luz da lei de saneamento básico, Belo Horizonte:, Fórum, 2008. p. 93.

Quando se fala em solução para o manejo adequado de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, a chamada economia de escala prevalece qualquer que seja o porte do Município. Os Municípios que não geram grandes quantidades de RSU podem não possuir condições financeiras para arcar com os custos de sua destinação final, pois o valor unitário da tonelada de RSU disposta se torna muito alto. A solução para esta questão é a ação conjunta do Governo do Estado, Prefeituras Municipais e Setor Privado, por meio de uma Parceria Público Privada.

Dito isso, tem-se que o TRATAMENTO e a DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS se enquadram no conteúdo do conceito jurídico de “função pública de interesse comum” – FPIC. Neste sentido, o §2º do art. 43 da Constituição Estadual determina que “as especificações das funções públicas de interesse comum serão definidas na lei complementar que instituir a região metropolitana”.

As FPIC's são atividades ou serviços “cuja realização por parte de um município, isoladamente, seja inviável ou cause impacto nos outros municípios integrantes da região metropolitana”; para a RMBH essas funções foram definidas pelo artigo 8º da Lei Complementar Estadual nº 89/2006, dentre elas o saneamento básico e a preservação ambiental.

Conclui-se que o Estado de Minas Gerais, por meio dos órgãos responsáveis pela governança metropolitana ou, nos dizeres do art. 25, §3º, da Constituição Federal de 1988, por intermédio dos órgãos responsáveis “pela organização, planejamento e execução de suas funções públicas de interesse comum”, poderá organizar, planejar e executar as atividades e os serviços relacionados ao TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, tal como ocorreu no âmbito da deliberação tomada na Assembleia Metropolitana ocorrida em 23 de maio de 2012.

A proposta visa a aproveitar os ganhos em escala provenientes da solução conjunta e compartilhada, no âmbito metropolitano, para solucionar os problemas advindos da gestão inadequada dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS de forma econômica, eficiente, sustentável e de acordo com a realidade da REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e COLAR METROPOLITANO.

Sendo assim, o Município de \_\_\_\_\_, por meio do presente instrumento, delega competências e a própria prestação dos serviços, bem como autoriza o Estado de Minas Gerais a subdelegar, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei Federal nº 11.445/2007, utilizando-se do competente processo licitatório, a prestação dos serviços públicos municipais de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS gerados neste MUNICÍPIO à CONCESSIONÁRIA a ser contratada por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa.

Cumpre-nos destacar, ainda, que o CONTRATO DE PROGRAMA é o instrumento próprio para constituir e regular as obrigações que um ente da Federação irá constituir para com outro ente da Federação, bem como estabelecer os mecanismos que garantam a transparência de sua gestão operacional, econômica e financeira, nos termos do art. 13 da Lei Federal nº 11.107/2005.

#### 4. OBJETO

O objeto da presente contratação é a delegação do MUNICÍPIO para o ESTADO da PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TRANSBORDO, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS GERADOS NO MUNICÍPIO DE \_\_\_\_\_, mediante dispensa de licitação, prevista no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, firmando-se CONTRATO DE PROGRAMA com o ESTADO, por intermédio da Secretaria de Estado Extraordinária de Gestão Metropolitana e interveniência da ARMBH.

Ressalta-se que estão excluídos do presente objeto, os serviços de COLETA e TRANSPORTE de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS até o sistema de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, os quais permanecem sob a responsabilidade exclusiva do MUNICÍPIO.

Todavia, visando a possibilitar a qualidade da prestação dos serviços objeto desta contratação, na especificação do objeto constante deste Termo de Referência, são fixadas obrigações de um ente da Federação para com o outro, inclusive no que se refere às AÇÕES DE LIMPEZA URBANA a serem realizadas pelo Município de \_\_\_\_\_.

Será apresentado, também, um plano de metas e ESTÍMULOS para a implantação, a realização e a ampliação da COLETA SELETIVA, bem como estabelecidas as hipóteses em que o município arcará com valores diferenciados, além de serem fixados os parâmetros para aplicação das sanções e penalidades administrativas no caso de eventual descumprimento das obrigações.

## 5. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

No tocante à execução dos serviços delegados no CONTRATO DE PROGRAMA, o Município de \_\_\_\_\_ delega também competências ao ESTADO que terá, entre outras, a obrigação de promover a articulação entre a CONCESSIONÁRIA contratada que vier a prestar os serviços e os órgãos reguladores de setores dotados de interface com o saneamento básico, pela proteção ao meio ambiente, pela preservação da saúde pública e pelo ordenamento urbano.

O ESTADO, por meio do CONTRATO DE PROGRAMA, fica autorizado a subdelegar à CONCESSIONÁRIA a execução dos serviços de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS do MUNICÍPIO via Parceria Público-Privada, na modalidade de Concessão Administrativa, precedida de licitação.

O MUNICÍPIO deverá implementar métodos de divulgação e EDUCAÇÃO AMBIENTAL aos munícipes com o objetivo de minimizar a geração de resíduos, adequar o SISTEMA DE ACONDICIONAMENTO, estimular a segregação na origem, controlar e reduzir riscos ao meio ambiente e à saúde, regularizar a COLETA SELETIVA, se for o caso, e, assim, propiciar o correto manejo e TRANSPORTE de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, tudo em conformidade com a legislação vigente e demais especificações presentes no CONTRATO DE PROGRAMA.

### 5.1 Obrigações do ESTADO para com o MUNICÍPIO:

O ESTADO deverá prestar auxílio ao MUNICÍPIO, a ser realizado por meio de cooperação técnica, nos moldes do art. 15, Parágrafo Único, da Lei Federal nº 11.445/2007, nas revisões e adequações do Plano Municipal, bem como realizar as revisões e adequações que se fizerem necessárias no Plano Metropolitano de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos.

O ESTADO, no que se refere à prestação dos serviços públicos municipais de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS gerados no Município de \_\_\_\_\_, deverá realizar licitação, a fim de promover a subdelegação do serviço para a CONCESSIONÁRIA, fixando obrigações que deverão ser cumpridas pelo parceiro privado.

O ESTADO fica responsável, ainda, por adimplir as obrigações assumidas no contrato de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, porventura firmado com a CONCESSIONÁRIA, bem como arcar com o pagamento da contraprestação devida à CONCESSIONÁRIA em virtude da prestação de serviços que compõem o objeto desta contratação, incluída a Parcela Remuneratória Municipal, que será aferida, e posteriormente recebida, nos moldes da Cláusula Quinta do CONTRATO DE PROGRAMA.

A fim de viabilizar a realização da prestação do serviço, obrigação do ESTADO a ser realizada por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, o MUNICÍPIO delega ao ESTADO as seguintes competências:

- Proceder à subdelegação, nos termos do art. 16, II, da Lei Federal nº 11.445/2007, valendo-se do competente processo licitatório, da prestação dos serviços públicos especificados no item 4 do presente Termo de Referência, de acordo com o que se encontra estabelecido neste Termo de Referência, à CONCESSIONÁRIA contratada por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa;
- Fixar obrigações para a CONCESSIONÁRIA relativas à obtenção, definição e estruturação para funcionamento em plena capacidade das áreas destinadas à(s) Estação (ões) de Transbordo e à(s) Central (ais)

de Tratamento de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, com o estabelecimento de prazos e metas;

- Exigir a obtenção, renovação e manutenção de todas as licenças, alvarás e autorizações necessárias ao regular desenvolvimento da prestação dos serviços;
- Exigir a apresentação de documentos e/ou outros materiais de qualquer natureza que se revelem necessários ao desempenho das funções da CONCESSIONÁRIA, bem como o estabelecimento de prazos;
- Determinar e validar a realização de obras que se fizerem necessárias para execução dos serviços concedidos;
- Definir parâmetros de operação e manutenção dos serviços concedidos abrangendo o recebimento, o SISTEMA DE ACONDICIONAMENTO, o armazenamento temporário, o TRANSPORTE e a pesagem dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS oriundos dos VEÍCULOS COLETORES municipais, conforme legislação vigente;
- Definir as condições para o correto funcionamento dos serviços operacionais da(s) CENTRAL (AIS) DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS e demais infraestruturas construídas e adquiridas, primando sempre pela perfeita sintonia com o fiel e integral cumprimento dos serviços concedidos;
- Estabelecer os parâmetros a serem observados para correta manutenção da(s) CENTRAL (AIS) DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS de acordo com as normas e princípios ambientais aplicáveis, sempre com a preocupação em preservar o meio ambiente, visando ao correto funcionamento dos serviços operacionais;



- Fixar obrigações no que se refere à realização de estudos de viabilidade técnica e financeira para atualização tecnológica dos serviços concedidos;
- Estabelecer meios que permitam a disponibilização de condições mínimas de transparência na gestão e nos relatórios de operação e manutenção dos serviços concedidos;
- Fixar diretrizes visando a assegurar a manutenção da postura e responsabilidade mínimas a serem exigidas da CONCESSIONÁRIA perante a sociedade mineira e o ESTADO;
- Proceder à contratação do VERIFICADOR INDEPENDENTE, valendo-se do competente processo licitatório.

## **5.2 Obrigações do MUNICÍPIO para com o ESTADO**

O MUNICÍPIO deverá realizar as revisões e adequações que se fizerem necessárias no Plano Municipal de Transbordo, Tratamento e Disposição Final de Resíduos Sólidos Urbanos, contando com o auxílio do ESTADO, a ser realizado por meio de cooperação técnica, nos moldes do art. 15, parágrafo único, da Lei Federal nº 11.445/2007.

O MUNICÍPIO deverá, também, regulamentar, entre outros, os serviços de COLETA CONVENCIONAL, de TRANSPORTE, de COLETA SELETIVA, ações de mobilização, controle e fiscalização para o bom funcionamento destes serviços, além de ações de promoção da EDUCAÇÃO AMBIENTAL, observadas as disposições constantes da Lei Federal nº 9.795/1999.

Enquanto não se efetivar a entrada em operação da CONCESSIONÁRIA, o que deve ocorrer em até 12 (doze) meses após a assinatura do contrato referente à Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, o MUNICÍPIO continuará responsável pela DESTINAÇÃO FINAL dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, devendo observar as determinações contidas na legislação vigente.

Ressalta-se, ainda, que compete ao MUNICÍPIO identificar os passivos ambientais anteriores à entrada em operação da CONCESSIONÁRIA, relacionados ao manejo dos RSU (incluindo áreas contaminadas), e adotar respectivas medidas saneadoras, bem como, se for o caso, estabelecer e executar todos os procedimentos necessários ao encerramento das áreas de disposição irregular de RSU.

Ademais, compete ao MUNICÍPIO realizar, com exclusividade, as AÇÕES DE LIMPEZA URBANA, contemplando a operação e manutenção dos sistemas físicos, operacionais e gerenciais de COLETA e TRANSPORTE dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, cumprindo com as seguintes determinações:

- a. Visar sempre às melhores práticas de sustentabilidade na modernização e gestão das AÇÕES DE LIMPEZA URBANA;
- b. Garantir a universalidade, a regularidade e a continuidade no acesso às AÇÕES DE LIMPEZA URBANA;
- c. Verificar a qualidade dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA, apontando, se for o caso, as falhas, e indicando as possíveis soluções, comunicando tais fatos ao ESTADO;
- d. Comunicar ao ESTADO e à CONCESSIONÁRIA que vier a prestar os serviços de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, as reclamações recebidas pelo MUNICÍPIO;
- e. Executar as AÇÕES DE LIMPEZA URBANA de forma a não colocar em risco a saúde humana, nem causar prejuízo ao meio ambiente, à higiene e à limpeza dos locais públicos;
- f. Promover campanhas de EDUCAÇÃO AMBIENTAL para incentivar a importância de não gerar, repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS;

5.2.1 São determinações específicas em relação às AÇÕES DE LIMPEZA URBANA prestadas:

5.2.1.1 DA COLETA CONVENCIONAL

- a. Planejar e regulamentar frequência, horários e itinerários para a realização da COLETA CONVENCIONAL;
- b. Coletar em intervalos não superiores a 72 (setenta e duas) horas entre duas COLETAS CONVENCIONAIS, na hipótese de ser adotado o regime de COLETA CONVENCIONAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS em dias alternados. Em casos excepcionais, em áreas com características especiais, a COLETA CONVENCIONAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS poderá ser realizada com frequência de duas vezes por semana, desde que devidamente justificada, tecnicamente, pelo MUNICÍPIO e aceita pela ARMBH;
- c. Padronizar o SISTEMA DE ACONDICIONAMENTO de acordo com normas técnicas vigentes;
- d. Coletar os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS devidamente acondicionados, evitando o seu derramamento em vias públicas;
- e. Garantir que os profissionais envolvidos na execução das AÇÕES DE LIMPEZA URBANA estejam devidamente uniformizados, inclusive portando EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs) e EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA (EPCs) adequados;

5.2.1.2 DO TRANSPORTE

- a. Realizar manutenções periódicas em seus VEÍCULOS COLETORES e equipamentos;
- b. Respeitar os limites de carga dos VEÍCULOS COLETORES para o TRANSPORTE;

- c. Dimensionar os VEÍCULOS COLETORES para atender a demanda de COLETA dos RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS do MUNICÍPIO prevendo, inclusive, a possibilidade de inatividade de algum veículo devido a alguma avaria ou mau funcionamento;
- d. Transportar os recipientes com o cuidado necessário para não danificá-los, evitando o derramamento de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS e lixiviado em vias públicas;
- e. Transportar os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS coletados até os locais indicados pelo ESTADO;

#### 5.2.1.3 DA COLETA SELETIVA

- a. Planejar e regulamentar frequência, horários e itinerários para a realização da COLETA SELETIVA;
- b. Tomar as medidas necessárias e cabíveis para a regularização do SISTEMA DE ACONDICIONAMENTO do material proveniente da COLETA SELETIVA, de maneira a não danificá-lo;
- c. Implementar de maneira gradual a COLETA SELETIVA, observando os ESTÍMULOS e as metas estabelecidas neste documento;
- d. Não permitir a comercialização ou o desvio de materiais provenientes da COLETA SELETIVA por equipe de trabalho do MUNICÍPIO ou por terceirizadas, de forma a garantir que os mesmos sejam destinados às Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis;
- e. Assegurar que, em até 02 (dois) anos contados da assinatura do CONTRATO DE PROGRAMA, as etapas de segregação, enfardamento e comercialização sejam realizadas prioritariamente pelas Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis, sendo esta última etapa considerada para fins de concessão do ESTÍMULO, nos termos do item 7 deste Termo de Referência;

- f. Para a etapa de coleta devem ser contratadas prioritariamente Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis, visando a potencializar a eficiência da COLETA SELETIVA;
- g. Apresentar programa de EDUCAÇÃO AMBIENTAL participativo, que priorize a não geração de resíduos e estimule a COLETA SELETIVA, baseado nos princípios de não gerar, repensar, recusar, reduzir, reutilizar e reciclar os RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

### **5.3 Das atribuições comuns do ESTADO e do MUNICÍPIO:**

Compete às partes envolvidas o cumprimento das seguintes obrigações em relação ao OBJETO do CONTRATO DE PROGRAMA:

- a. Cumprir, em todos os seus termos, as legislações municipais, bem como a legislação estadual e federal aplicáveis à matéria;
- b. Cumprir todas as condicionantes ambientais impostas pelos órgãos competentes, respeitando as normas ambientais vigentes e preservando o meio ambiente;
- c. Informar a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a prestação dos serviços;
- d. Garantir a veracidade das informações reportadas ao VERIFICADOR INDEPENDENTE ou a qualquer outro órgão público;
- e. Promover programas que valorizem a saúde da população e a coesão social;
- f. Observar os padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos da legislação aplicável;
- g. Agir de forma preventiva e corretiva em relação aos possíveis acidentes que possam ocasionar danos ambientais ou transtorno à população;

- h. Promover a articulação entre a empresa que vier a prestar os serviços de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS e os órgãos reguladores de setores dotados de interface com o saneamento básico, pela proteção ao meio ambiente, pela preservação da saúde pública, e pelo ordenamento urbano;
- i. Contribuir para a boa qualidade da prestação dos serviços de responsabilidade competente a cada parte envolvida, buscando sempre o aumento da sua eficiência;
- j. Cumprir e fazer cumprir as disposições do CONTRATO DE PROGRAMA e dos Convênios de Cooperação firmados entre ESTADO e MUNICÍPIO, da legislação vigente e da regulamentação aplicável;
- k. Desenvolver ações que estimulem a utilização racional da água, com o objetivo de viabilizar políticas de exploração sustentada dos recursos hídricos e de proteção ao meio ambiente;
- l. Manter disponíveis e fornecer todas as informações e documentos relativos às redes, instalações e equipamentos utilizados na prestação dos serviços de responsabilidade competente a cada parte envolvida;
- m. Atender às solicitações, no tocante ao fornecimento de informações/medições, segundo periodicidade e critérios estabelecidos, bem como quaisquer outras informações necessárias ao bom desempenho do serviço;
- n. Adotar mecanismos que garantam a transparência da gestão operacional, econômica e financeira das atividades relacionadas à execução da prestação dos serviços públicos municipais de TRANSBORDO, TRATAMENTO e DISPOSIÇÃO FINAL de RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.

## 6. PLANO DE METAS

O Município de \_\_\_\_\_ deverá manter ou implantar sistema e infraestrutura para funcionamento de COLETA SELETIVA. A amplitude do sistema deverá ser incrementada de acordo com as metas estabelecidas para o grupo no qual o MUNICÍPIO se enquadra.

Para mensuração da meta quantitativa, o PARÂMETRO DE CONTROLE será o percentual do quantitativo, em toneladas, de RSU efetivamente comercializado pelas Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis, decorrente da realização de COLETA SELETIVA, em relação ao quantitativo total, em toneladas, de RSU gerado no município no período de 01(um) ano, conforme demonstrado na fórmula abaixo:

$$\text{Meta Quantitativa: } \frac{\text{quantidade de RSU efetivamente comercializado (toneladas por ano)}}{\text{quantidade total de RSU gerado no município (toneladas por ano)}} \times 100\%$$

A aferição do indicador constante no numerador da fórmula acima deverá ser realizada com observância dos parâmetros estabelecidos para a concessão de incentivo financeiro aos catadores de materiais recicláveis – Bolsa Reciclagem, de que trata a Lei Estadual nº 19.823/2011, com observância do art. 11 e seguintes do Decreto Estadual nº 45.975/2012, que regulamenta o referido diploma legal.

A aferição do indicador constante no denominador da fórmula acima deverá ser realizada a partir da soma do quantitativo, em toneladas, de RSU efetivamente comercializado pelas Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis, decorrente da realização de COLETA SELETIVA, com o quantitativo de RSU efetivamente entregue à CONCESSIONÁRIA.

Os municípios que integram a REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE e COLAR METROPOLITANO, subdivididos nos seguintes grupos de acordo com a população, deverão alcançar as seguintes metas:

- **GRUPO A:** Os municípios com população total de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
  - Meta Quantitativa = a partir do 25º (vigésimo quinto) mês até o 36º (trigésimo sexto) mês de vigência do CONTRATO DE PROGRAMA, o quantitativo, em toneladas, de RSU efetivamente comercializado deverá representar 2% (dois por cento) do quantitativo total, em toneladas, de RSU gerado no município, sofrendo um incremento de 1,5% (uma unidade e cinco décimos por cento) ao ano, até o quinto ano de vigência do CONTRATO DE PROGRAMA, totalizando 3,5% (três unidades e cinco décimos por cento) no quarto ano e 5 % (cinco por cento) no quinto ano.
- **GRUPO B:** Os municípios com população total acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
  - Meta Quantitativa = a partir do 25º (vigésimo quinto) mês até o 36º (trigésimo sexto) mês de vigência do CONTRATO DE PROGRAMA, o quantitativo, em toneladas, de RSU efetivamente comercializado deverá representar 1% (um por cento) do quantitativo total, em toneladas, de RSU gerado no município, sofrendo um incremento de 1% (um por cento) ao ano, até o quinto ano de vigência do CONTRATO DE PROGRAMA, totalizando 2% (dois por cento) no quarto ano e 3 % (três por cento) no quinto ano.

No quinto ano de vigência do CONTRATO DE PROGRAMA a meta quantitativa deverá ser revista e fixada nova Meta Quantitativa para os anos próximos 05 (cinco) anos e assim sucessivamente até o encerramento da vigência do CONTRATO DE PROGRAMA.

Caso as metas estabelecidas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos ou Plano Estadual de Resíduos Sólidos diverjam das estabelecidas acima, serão iniciados os procedimentos para a revisão dos Planos Metropolitano e Municipal.



As metas estabelecidas nos Planos Nacional e Estadual de Resíduos Sólidos deverão ser consideradas, ainda, quando da revisão e fixação de nova Meta Quantitativa, a ser realizada conforme estabelecido acima.

O Município que já possuir sistema de COLETA SELETIVA implantada deverá manter seu índice de abrangência, visando a não sofrer redução no quantitativo de material a ser destinado às Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis para posterior segregação, enfardamento e comercialização.

O descumprimento de qualquer das metas fixadas acima poderá gerar consequências para o MUNICÍPIO, dentre elas: a perda do ESTÍMULO à COLETA SELETIVA; passar a arcar com valores diferenciados; aplicação das sanções e penalidades administrativas, conforme estabelecido, respectivamente, nos itens 7, 8 e 9 deste Termo de Referência.

A análise quanto à imposição das consequências estabelecidas acima será realizada pela Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte – ARMBH, sendo observado que no processo administrativo a ser conduzido por esta se assegurará o direito ao contraditório e à ampla defesa. A decisão proferida deverá, ainda, ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos acatados, ou não, na defesa apresentada pela parte processada.

## **7. ESTÍMULO À COLETA SELETIVA**

O presente ESTÍMULO, previsto na Cláusula Sétima do CONTRATO DE PROGRAMA, foi concebido como uma forma de incentivar e premiar as melhores práticas relacionadas à COLETA SELETIVA, bem como de compartilhar a economia gerada com a redução de RSU que efetivamente deixará de ser encaminhado à CONCESSIONÁRIA a ser contratada pelo ESTADO por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, além de auxiliar o MUNICÍPIO a incrementar e arcar com os custos da realização da COLETA SELETIVA.

Insta destacar que tal ESTÍMULO traria, ainda, benefícios indiretos, tais como permitir uma maior participação e conscientização da sociedade, além de beneficiar Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis.

Conforme se depreende da Cláusula Quinta do CONTRATO DE PROGRAMA, os valores a serem suportados pelo MUNICÍPIO referem-se tão somente a uma parcela da estimativa total de gasto, qual seja, R\$ 18,00/tonelada (dezoito reais por tonelada), sendo que, observadas as obrigações da Prefeitura do Município de \_\_\_\_\_, a diferença entre este valor e a proposta do licitante vencedor da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, expresso por meio do Valor Pago por Tonelada Destinada (VPTD), será custeada pelo ESTADO.

Assim, para cada tonelada que deixasse de ser encaminhada à CONCESSIONÁRIA, a diferença entre o Valor Pago por Tonelada Destinada (VPTD) e os R\$ 18,00 (dezoito reais), a serem pagos pelo MUNICÍPIO, resultaria em economia para os cofres do ESTADO.

O percentual a ser repassado como crédito ao MUNICÍPIO fica fixado no patamar de 50% (cinquenta por cento) do montante que deixar de ser pago à CONCESSIONÁRIA.

Visando a elucidar o mecanismo de ESTÍMULO ora apresentado, apresentamos o seguinte cenário:

Na hipótese de o MUNICÍPIO produzir 100t (cem toneladas) de RSU por dia, considerando, ainda, que o Parceiro Privado tenha oferecido um VPTD (Valor Pago por Tonelada Destinada) de R\$ 68,00 (sessenta e oito reais), sendo R\$ 18,00 (dezoito reais) custeados pelo Município e, conseqüentemente, R\$ 50,00 (cinquenta reais) custeados pelo ESTADO, ter-se-ia:

- Município: 100 t x R\$ 18,00/ton = **R\$ 1.800,00**
- ESTADO: 100 t x R\$ 50,00/ton = **R\$ 5.000,00**

Considerando, ainda, que a COLETA SELETIVA resultasse em uma diminuição de 10% (dez por cento) dos RSU a serem encaminhados à CONCESSIONÁRIA, representando uma redução de 10 t (dez toneladas), teríamos:

- Economia do ESTADO: 10 t x R\$ 50,00/ton = R\$ 500,00
- Crédito para o MUNICÍPIO: R\$ 500,00 x 50% = R\$ 250,00
- MUNICÍPIO: 90 t x R\$ 18,00/ton = R\$ 1.620,00 – R\$ 250,00 =  
**R\$ 1.370,00** / 90 t = **R\$ 15,22/ton**
- ESTADO: 90 t x R\$ 50,00/ton = R\$ 4.500,00 + R\$ 250,00 =  
**R\$ 4.750,00** / 90 t = **R\$ 52,78/ton**

Neste cenário, em que pese haver um aumento relativo do valor pago por tonelada pelo ESTADO de aproximadamente 5,5% (cinco unidades e cinco décimos por cento), haveria uma economia absoluta de 5% (cinco por cento), decorrente da diferença entre os R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) da situação inicial e os R\$ 4.750,00 (quatro mil e setecentos e cinquenta reais) efetivamente pagos após a concessão do crédito ao Município.

Neste mesmo cenário, o Município teria uma redução do custo relativo, por tonelada, de aproximadamente 15,5% (quinze unidades e cinco décimos por cento), enquanto que a economia em valores absolutos atingiria o percentual de aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento), decorrente da diferença entre os R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais) da situação inicial e os R\$ 1.370,00 (um mil, trezentos e setenta reais) efetivamente pagos pelo Município.

**Destaca-se que os supramencionados percentuais de economia para o MUNICÍPIO referem-se tão somente aos custos relativos à destinação final dos resíduos, não abrangendo os custos com sua COLETA e TRANSPORTE.**

Ressalta-se, ainda, que no presente mecanismo de ESTÍMULO foi considerado não o percentual de residências atendidas pela COLETA SELETIVA, mas sim a quantidade

de resíduos que efetivamente deixaria de ser encaminhada à CONCESSIONÁRIA, gerando a supramencionada economia para os cofres do ESTADO.

Frisa-se que serão incluídos, para fins de concessão do ESTÍMULO, apenas os materiais efetivamente comercializados pelas Organizações de Catadores de Materiais Recicláveis, decorrente da realização de COLETA SELETIVA, observados os mesmos parâmetros estabelecidos para a aferição do cumprimento do Plano de Metas descrito no item 6 deste Termo de Referência.

Ademais, a concessão do ESTÍMULO ao MUNICÍPIO fica limitada ao patamar de até, no máximo, 40% (quarenta por cento) da quantidade total de RSU por ele gerada, uma vez que a partir daí os valores a serem pagos pelo MUNICÍPIO por tonelada se aproximam de R\$ 0,00 (zero reais), conforme demonstram projeções realizadas a partir de diversos cenários considerados.

O crédito resultante da concessão do presente ESTÍMULO deverá ser destinado pelo MUNICÍPIO a ações ligadas à realização da COLETA SELETIVA.

Por fim, fica estabelecido que o MUNICÍPIO, para fazer jus à concessão do ESTÍMULO, deverá, obrigatoriamente, cumprir com os percentuais fixados, de acordo com o grupo no qual o ente se enquadra, no Plano de Metas ao qual o presente mecanismo encontra-se diretamente vinculado.

## **8. HIPÓTESES EM QUE O MUNICÍPIO ARCARÁ COM VALORES DIFERENCIADOS**

Considerando a supramencionada referência a que o MUNICÍPIO arcará com tão somente com uma parcela da estimativa total de gasto, qual seja, R\$ 18,00/tonelada (dezoito reais por tonelada), sendo que a diferença entre este valor e a proposta do licitante vencedor da Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, expresso por meio do Valor Pago por Tonelada Destinada (VPTD), será custeada pelo ESTADO; havendo descumprimento de obrigações por parte do MUNICÍPIO, proceder-se-á a alterações no mecanismo de pagamento, conforme previsão contida na Cláusula Oitava do CONTRATO DE PROGRAMA.

Assim, fica estabelecido que o valor de R\$ 18,00/tonelada (dezoito reais por tonelada), aplicado na fórmula constante do Parágrafo Primeiro da Cláusula Quinta do CONTRATO DE PROGRAMA, passará a ser de R\$ 27,00/tonelada (vinte e sete reais por tonelada) caso o MUNICÍPIO, salvo por razões de caso fortuito ou força maior, deixe de agir diligentemente, de forma a dificultar a execução da prestação do serviço por parte do ESTADO, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade Concessão Administrativa, não cumprindo com suas obrigações ou não adotando medidas visando a implementar e/ou atingir as metas relacionadas à COLETA SELETIVA.

Os valores estabelecidos no parágrafo acima poderão ser revistos e reajustados aplicando-se os mesmos índices fixados para atualização do preço por tonelada a ser pago pelo MUNICÍPIO, conforme se encontra previsto na Cláusula Sexta do CONTRATO DE PROGRAMA.

A análise quanto à incidência, ou não, do caso concreto nas hipóteses em que o MUNICÍPIO passará a arcar com valor diferenciado caberá, nos termos do Parágrafo Sétimo da Cláusula Décima do CONTRATO DE PROGRAMA, à ARMBH, devendo ser observadas, ainda, as diretrizes constantes neste Termo de Referência.

No processo administrativo a ser conduzido pela ARMBH deverá ser assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. A decisão proferida deverá, ainda, ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos acatados, ou não, na defesa apresentada pela parte processada.

Caso se conclua pela caracterização da hipótese, o valor diferenciado incidirá a partir da data da verificação do descumprimento e persistirá enquanto não adotadas as medidas tendentes a regularizar a atuação do MUNICÍPIO em relação ao objeto do CONTRATO DE PROGRAMA.

O MUNICÍPIO, assim que tomadas todas as medidas competentes, pode comprovar, a qualquer momento, à ARMBH a regularização da situação que ensejou o incremento de sua parcela remuneratória, com o consequente cancelamento da incidência do valor diferenciado, a partir da efetiva comprovação da cessação do fato que lhe deu causa.

Ressalta-se, todavia, que não se trata de hipótese de sanção ou aplicação de penalidade administrativa, as quais se encontram disciplinadas no item 9 deste Termo de Referência, mas de incidência de alteração na forma de pagamento estabelecida na Cláusula Quinta do CONTRATO DE PROGRAMA.

Conforme se encontra descrito no Parágrafo Segundo da Cláusula Quinta do CONTRATO DE PROGRAMA, as hipóteses em que o MUNICÍPIO passar a arcar com valor diferenciado figuram, juntamente com o ESTÍMULO, como complementação ao valor a ser pago ao ESTADO, com base na fórmula constante no Parágrafo Primeiro da mesma Cláusula.

Neste aspecto, levando-se em conta que se trata de remuneração pela prestação de serviço, em sintonia com manifestação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na CONSULTA Nº. 721.052 (Tribunal Pleno na Sessão do dia 18/03/09), tem-se, inclusive, que o eventual inadimplemento dos R\$ 27,00/tonelada (vinte e sete reais por tonelada) autoriza a retenção de eventuais repasses de recursos de natureza tributária do ESTADO para o MUNICÍPIO, com a possibilidade de seu

condicionamento à satisfação do crédito estatal, conforme estabelecido no art. 160, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal.

**Reforça-se que, enquanto a retenção de repasses se caracteriza como medida de aplicação de sanção e penalidade administrativa, encontrando-se regulamentada no próximo item deste Termo de Referência, as hipóteses em que o MUNICÍPIO passará a arcar com valor diferenciado, ao contrário, figuram como mera alteração da forma de pagamento que se encontra estabelecida na Cláusula Quinta do CONTRATO DE PROGRAMA.**

## **9. PARÂMETROS PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES E PENALIDADES ADMINISTRATIVAS**

A aplicação de sanções e penalidades administrativas devem ser utilizadas de maneira subsidiária, após esgotados os meios alternativos visando a dar cumprimento às determinações contidas no CONTRATO DE PROGRAMA e neste Termo de Referência.

O descumprimento das obrigações por qualquer das partes, bem como de normas atinentes ao objeto do CONTRATO DE PROGRAMA, inclusive no que se refere ao cumprimento de metas, sujeita os infratores à aplicação das sanções e penalidades administrativas estabelecidas na Cláusula Décima Nona do CONTRATO DE PROGRAMA.

As sanções e penalidades administrativas serão aplicadas na forma do regulamento específico a ser estabelecido pela ARMBH.

O ESTADO poderá aplicar de ofício as penalidades estabelecidas nas alíneas “a”, “b” e “c” da Cláusula Décima Nona do CONTRATO DE PROGRAMA, assegurando-se, todavia, nos casos de não concordância do MUNICÍPIO, o direito de submeter a questão à ARMBH.

Neste contexto, ressalta-se, em especial, que somente nos casos de inadimplência é possível a retenção de eventuais repasses de recursos de natureza tributária do ESTADO para o MUNICÍPIO, com a possibilidade de seu condicionamento à satisfação do crédito estatal, conforme estabelecido no art. 160, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, e nos termos esposados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais na CONSULTA Nº. 721.052 (Tribunal Pleno na Sessão do dia 18/03/09).

As sanções previstas nas alíneas “d” e “e”, nos termos do Parágrafo Terceiro da Cláusula Décima Nona do CONTRATO DE PROGRAMA, apenas serão aplicadas após o encerramento do competente procedimento administrativo a ser tramitado no



âmbito da ARMBH, devendo, para tanto, ser observada a gravidade da infração, nos termos do regulamento.

No processo administrativo a ser conduzido pela ARMBH deverá ser assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. A decisão proferida deverá, ainda, ser motivada e fundamentada, apontando-se os elementos acatados, ou não, na defesa apresentada pela parte processada.

Por fim, fica estabelecido, desde já, que o valor total das multas aplicadas a cada trimestre não poderá exceder a 20% (vinte por cento) do valor da Parcela Remuneratória Municipal (PRM) aferida, nos termos da Cláusula Quinta do CONTRATO DE PROGRAMA, no trimestre imediatamente anterior à aplicação da multa, devendo ser observados ainda, subsidiariamente, os parâmetros estabelecidos no art. 38 do Decreto Estadual nº 45.902/2012.